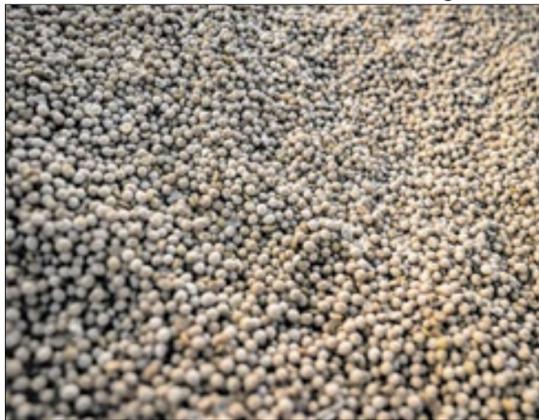


## CORREIO NACIONAL

Jose Cruz/Agência Brasil



Ferramenta de alta tecnologia acelera processos

## Atestado digital de boas práticas ambientais e de gestão

Às vésperas da COP 30, que será realizada em Belém (PA) em 2025, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) reforça seu trabalho de modernização e transparência das políticas públicas agrícolas com o lançamento do atestado digital VMG (Verificação Agrícola, Monitoramento e Conformidade de Grãos), ferramenta baseada em inteligência artificial e tecnologias geoespaciais.

O propósito da ferramenta é verificar a correta aplicação de recursos

## Investimentos em aviação

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, deu posse, na quarta, aos novos diretores da Agência Nacional de Aviação Civil. Após a cerimônia de assinatura do diretor-presidente, Tiago Chagas Faierstein, e dos diretores Rui Chagas Mesquita e Antonio Mathias Nogueira Moreira, o ministro afir-

disponibilizados aos produtores rurais através das linhas de financiamentos, que tem como requisito de liberação pelos agentes financeiros a apresentação de um projeto técnico. A iniciativa amplia a projeção do Brasil como referência internacional em governança, transparência e sustentabilidade na produção de alimentos.

“Isso reduz custos para os produtores e melhora a sua competitividade”, destacou o ministro Carlos Fávaro.

mou que os recursos da Anac e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários estão garantidos no orçamento. O ministro destacou o momento de crescimento da economia brasileira e de como o país precisa oferecer segurança jurídica para que os investidores continuem a procurar o Brasil.

## Aprovados terão mais tempo

Candidatos aprovados em concursos públicos agora terão um prazo maior para realizar a inspeção médica oficial que antecede a posse. A mudança decorre da publicação, na quarta, pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, de 12 de setembro de 2025. Anteriormente, os candidatos

faziam a inspeção médica só após a publicação da portaria com sua nomeação. A partir de agora, os órgãos e entidades podem instruir que as pessoas aprovadas dentro do número de vagas autorizadas façam a inspeção médica logo após a publicação da autorização do MGI para a nomeação.

## Riscos fiscais judiciais

O Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais, composto pela Advocacia-Geral da União (AGU), Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), finalizou um diagnóstico que viabilizará a formulação de propostas para racionalizar a litigio-

sidade no Brasil, especialmente contra a União. O objetivo é melhorar o atendimento à população e a situação das contas públicas, com a reversão da tendência de crescimento dos valores desembolsados pela União por meio de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

## Ônibus menos poluentes

Em novas portarias publicadas no Diário Oficial da União da última quarta-feira (17), o Ministério das Cidades anunciou a aquisição de 373 novos ônibus de tecnologia Euro 6 para cidades dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O investimento, por meio do eixo de Renovação de Frota do Novo PAC voltado ao setor privado, é de cerca de R\$ 317 milhões. Em Minas, a capital Belo Horizonte e os municípios de Contagem, Matozinhos, Capim Branco e Padre Leopoldo serão beneficiados com 197 novos ônibus.

## Obrigatoriedade de Libras

Na última terça-feira, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 6.284, de 2019, que propõe a oferta do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as etapas da educação básica.

O objetivo do encontro foi promover um debate amplo e qualificado sobre o tema, que subsidie a tramitação do PL.

A diretora de Políticas de Educação Bilingue de Surdos do MEC, Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione, representou a pasta durante o evento.

## Metade das cidades em alta vulnerabilidade climática

Relatório reúne problemas como desigualdade social

No Brasil, 2.801 dos 5.570 municípios já estão em situação de alta ou muito alta vulnerabilidade climática, segundo a plataforma Adapta Brasil. O dado integra o relatório Cidades Verdes-Azuis Resilientes, que reúne conhecimento científico e tecnológico atualizado para apoiar com informações programas e ações de governos e empresas e a própria sociedade na construção de ambientes urbanos mais preparados e sustentáveis diante da crise climática. O documento foi lançado pelo Centro de Síntese em Mudanças Ambientais e Climáticas (Simacim).

Os desastres que provocam cada vez maior instabilidade social não são causados pelo evento climático em si, mas pela interação desse evento com a vulnerabilidade do território, das pessoas e do ambiente construído exposto. O documento reforça que, sem enfrentar a desigualdade, a adaptação não será transformadora, consistente ou duradoura.

O texto também alerta para os riscos de respostas somente reativas, como canalização de rios ou piscinões isolados, que podem, inclusive, agravar a situação dependendo dos efeitos não planejados, principalmente sobre justiça socio-climática.

Segundo o texto, o Brasil tem 12.348 favelas e comunida-



Joédson Alves/Agência Brasil

O trabalho apresenta soluções em áreas estratégicas para basear políticas públicas

des urbanas, com 16,5 milhões de pessoas. Mais de 8,2 milhões delas vivem em áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos. Apesar desse cenário, metade dos municípios não tem plano diretor atualizado e, mesmo entre os que têm, há pouca integração com planos climáticos.

Outro dado alarmante é que, em 2023, o País foi o que mais registrou deslocamentos internos por desastres nas Américas, com 745 mil pessoas atingidas. O número de eventos extremos relacionados à chuva também triplicou desde os anos

1990, e os prejuízos já somam R\$ 132 bilhões somente nessa década.

O trabalho apresenta diagnóstico e soluções para setores estratégicos, como uso e ocupação do solo, áreas naturais, mobilidade e transporte, saneamento e habitação social. A principal proposta é o planejamento urbano integrado, preventivo e participativo, baseado em uma “adaptação transformativa”: mudanças estruturais capazes de enfrentar a desigualdade como raiz da vulnerabilidade e promover justiça climática.

“Temos desafios múltiplos. Isso só vai ser possível se fizermos um esforço de inclusão. Não tem como produzir cidades justas sem que as pessoas participem das decisões. Precisamos de um esforço coletivo em todas as escalas, do global ao local, e uma integração de setores da sociedade e de gestão pública. Isso é necessário para o que a gente chama de adaptação transformativa”, afirma a professora de urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e autora-organizadora do relatório, Maria Fernanda Lemos.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Proposta da Saúde prevê imunização de idosos a partir de 80 anos

## Inclusão de vacina contra herpes zóster no SUS

O Ministério da Saúde abriu nesta quarta-feira (17) uma consulta pública para discutir a incorporação da vacina contra o herpes zóster no Programa Nacional de Imunização (PNI). A proposta contempla idosos com 80 anos ou mais, e indivíduos imunocomprometidos a partir de 18 anos.

A Consulta Pública nº 78 ficará disponível até 6 de outubro na plataforma Participe + Brasil. Até o momento, já foram registradas 75 contribuições. Qualquer pessoa pode enviar opiniões e sugestões sobre o tema. Para participar, é necessário preencher o formulário eletrônico. Os interessados podem enviar até dois arquivos com sugestões ou documentos de apoio. O envio de dados pessoais, informações sensíveis ou materiais de terceiros sem autorização não é permitido.

As contribuições serão analisadas pela comissão técnica, que decidirá sobre a incorporação da vacina. Os relatórios técnicos que embasam a recomendação preliminar da Comissão

Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec), no Sistema Único de Saúde (SUS), estão disponíveis para leitura. A análise e a deliberação do colegiado também podem ser conferidas no relatório divulgado pelo Ministério da Saúde.

O herpes-zóster, também conhecido como cobreiro, é causado pela reativação do vírus da catapora (varicela-zóster) e costuma atingir idosos e pessoas com imunidade baixa. A doença provoca dor intensa, febre, manchas e bolhas na pele, que podem evoluir para complicações graves, como a neuralgia pós-herpética (NPH) — dor crônica que persiste mesmo após o fim das lesões.

Entre 2008 e 2024, o SUS registrou mais de 85 mil atendimentos ambulatoriais e 30 mil internações por herpes-zóster no Brasil. Entre 2007 e 2023, 1.567 mortes foram associadas à doença. A maioria tinha idade igual ou superior a 50 anos.

O tratamento no sistema público envolve medicamentos para aliviar os sintomas e, nos casos mais graves, o uso de an-

tivirais como o aciclovir. Para a NPH, são oferecidos fármacos como amitríptilina, carbamazepina e lidocaína em gel.

A incorporação ao SUS da vacina recombinante adjuvada foi uma solicitação do Departamento do Programa Nacional de Imunizações, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, e do Ministério da Saúde.

A vacina contém uma proteína do vírus varicela-zóster (antígeno gE) combinada a um adjuvante (AS01B), que ajuda o sistema imunológico a reconhecer e combater o vírus. Ela é administrada por via intramuscular, em duas doses de 0,5 mL, com intervalo de dois meses.

A Conitec avaliou a segurança e a eficácia da vacina. Estudos apontam eficácia superior a 80% na prevenção da doença e da NPH. Os eventos adversos mais comuns relatados foram: dor no local da aplicação, cansaço, dor muscular, dor de cabeça e febre, geralmente de intensidade leve a moderada. O imunizante também foi considerado seguro.

## Políticas para igualdade racial são revisadas

Enfrentamento ao racismo, atualizações na lei de cotas, combate à violência contra jovens negros, titulação de terras quilombolas, ações contra o racismo climático e adesão de estados e municípios ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).

Estas são algumas questões que serão debatidas durante a 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que tem como tema “Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial”.

Ao conversar com lideranças da sociedade civil e com representantes do Poder Público, na tarde desta terça-feira (17), a ministra da Igualdade Racial (MIR), Aniele Franco, explicou que a Conapir voltou a ser espaço da coletividade, de luta social e pela transversalidade de políticas públicas.

“São 20 anos desde a primeira conferência. Agora, a gente espera que, a partir daqui, saia um documento fiel a tudo que a gente representa, acredita e defende e que a gente possa ter um futuro com mais igualdade racial”, disse a ministra.

A última edição foi realizada em 2018, na capital federal.

O secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial do MIR, Clédisson Júnior, explica que retorno das consultas populares e das conferências marca o momento de reconstrução e de tentativa de unidade do país.

“Uma democracia aperfeiçoada é aquela que integra o maior número de pessoas no seu interior e que seja capaz de debater sobre políticas públicas a perspectiva das demandas dessas pessoas”.